

ACTA 2/2010

-- Aos vinte e nove dias de Abril do ano de dois mil e dez, reuniu a Assembleia Municipal de Mafra, em Segunda Sessão Ordinária do ano de dois mil e dez, no Palácio Nacional de Mafra, situado na Vila de Mafra, com a seguinte ordem de trabalhos: 1) Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade municipal e situação financeira; 2) Eleição de representante designado pela Assembleia Municipal para o Conselho da Comunidade, nos termos do disposto na alínea b), do n.º 1 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de Fevereiro; 3) Aquisição de terreno para construção da Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclos da Ericeira; 4) Prestação de Contas do Ano Económico de 2009; 5) Modificação aos Documentos Previsionais – 1.ª Revisão; 6) Alteração ao Mapa de Pessoal; 7) Alteração ao Plano Director Municipal de Mafra para instalação do Ecoparque da Abrunheira – Submissão à Assembleia Municipal. -----

-- Passavam treze minutos das vinte e uma horas quando o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Joaquim Sardinha, deu por iniciada a sessão. Passou a palavra ao Segundo Secretário da Mesa, Luís Ribeiro Alves, que procedeu à chamada. Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que foi distribuída a documentação recebida nesta Assembleia. Referiu que justificaram a sua ausência nesta reunião a Senhora Dona Cristina Loureiro, o Senhor Domingos Janota, o Senhor José Quintã, a Senhora Dona Maria da Conceição Simões, o Senhor Júlio Lopes e o Senhor Nuno Sardinha. -----

-- Foi dado início ao período de **antes da Ordem do Dia**, colocando-se à discussão a acta número um de dois mil e dez. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que recebeu um e-mail do Senhor Alves Pardal solicitando algumas rectificações à mesma, que serão efectuadas. Não se verificaram inscrições, pelo que se passou à votação. A acta foi aprovada por maioria, com três abstenções do Partido Socialista. -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que recebeu uma nota do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, que se anexa a esta acta com a designação de ANEXO UM, a definir a constituição de um grupo municipal integrando todos os membros, os respectivos Presidentes de Junta, bem como os Presidentes de Junta eleitos pela lista "Pela Nossa Terra", como Independente e "A Obra Fala por Nós". Aconselhou ainda que fossem definidos os grupos políticos como manda o regimento. -----

-- O Senhor Sérgio Santos interveio para dizer que "como todos sabem, no passado domingo comemorou-se a passagem do trigésimo sexto aniversário do golpe político-militar do vinte e cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro, passando a assinalar-se como o Dia da Liberdade. Todos aqueles militares que saíram dos vários quartéis de referência nacional, entre os quais ganhou destaque o Regimento de Infantaria de Mafra, emanavam de uma vontade de querer mudar, queriam como o Partido Socialista, e outros democratas, um país livre, dias de esperança e a construção de um novo país. É em nome de tantos militares anónimos, por vontade própria, e de muitos outros lutadores pela liberdade, que aqui estamos hoje num palco de democracia de base por excelência – as autarquias locais. Aqueles que sempre viveram em liberdade, como um significativo número dos presentes nesta Assembleia, onde eu próprio me incluo, desconhecem, em grande parte, verdadeiramente o seu real valor, só nos apercebemos do valor das coisas quando estamos privados delas. A melhor lição de liberdade é a experiência da não liberdade, como disse o Senhor Presidente da República na sua intervenção do passado domingo. O vinte e cinco de Abril foi feito em nome da liberdade, mas também em nome de uma sociedade mais justa, solidária e participativa. É em nome das razões históricas da participação deste Concelho de Mafra no vinte e cinco de Abril, na homenagem merecida a todos aqueles que deram a sua vida pela liberdade dos outros e da necessidade de continuar a transmitir Abril às gerações mais novas, que o Partido Socialista não compreende e critica o PSD e o Executivo

Aprimorados por

reunir com
27 min. reunião do
PSD 8 de PS 1 EDV
TBE e ABT
de 1 EDV e Tde EDV

31/4/10

W

by



pela ausência de iniciativas comemorativas do vinte e cinco de Abril neste Concelho, ausência em flagrante contraste com a tomada de posição institucional do mesmo PSD a nível nacional, contrastes que só o vinte e cinco de Abril veio permitir. Vou terminar a minha intervenção passando a citar partes do comunicado da Associação Vinte e Cinco de Abril que, de acordo com a sua tradicional mensagem em mais um aniversário, este ano tão bem expressou o sentimento que trespassa a sociedade portuguesa, trinta e seis anos depois de setenta e quatro. Assim, não foi para aumentar a distorção da distribuição do rendimento do trabalho, onde o capital vem abocanhando, cada vez mais, uma parte de leão, que se fez o vinte e cinco de Abril, persistindo as desigualdades sociais e, sobretudo, situações de pobreza e exclusão que não dignas da memória dos que fizeram Abril. Como é possível que enquanto o trabalhador médio português ganhe pouco mais de metade do que se ganha na zona euro, o gestor português suplante os valores ganhos pelos homónimos americanos, franceses, finlandeses, suecos, entre outros. Não foi para isto que se fez o vinte e cinco de Abril, como também não foi para criar uma sociedade corrupta, de total impunidade e compadrio que se fez Abril. O facto é que, passado o susto, salvos pelo dinheiro dos contribuintes, refinaram os seus métodos, aumentaram os seus privilégios e aí estão prontos a continuar a exploração de todos, em benefício pessoal. Nada aprenderam com o susto, mantêm uma inconcebível falta de regras éticas e continuam a levar-nos para o abismo. Prova disso são as recentes manobras das agências de *rating*, descredibilizadas, que hoje querem voltar a impor a dívida externa no nosso país que está sob forte ataque, de uma grande mão cheia de interesses. Este sim, uma verdadeira «face oculta». Se hoje o conseguirem, face a Portugal não ficarão saciados e amanhã será o ataque a outros países como Espanha, Irlanda e Inglaterra. Continuando a citar o aluído comunicado: como foi possível permitir o enfraquecimento e a ineficiência do Estado, colocando-o prisioneiro dos pequenos e grandes grupos de interesses que campeiam no país? Grupos que conseguiram transformar alguns partidos políticos em agentes desses mesmos interesses particulares. O Estado não pode ficar subordinado aos interesses avulsos e ilegítimos, tem que ser capaz de romper com essa tenebrosa teia de interesses. A vida colectiva dos portugueses não pode ficar à mercê de um permanente e sistemático entorpecimento do funcionamento da Justiça. A injustiça social cria sentimentos de revolta e, sobretudo, quando a estes está associado a ideia de que não há justiça igual para todos. Temos que ser capazes de acabar com o nexo directo entre o não funcionamento dos serviços judiciais, a corrupção e a fraude. Só assim acabaremos com o clima de mal-estar que se instalou na nossa sociedade – o maldizer, o derrotismo e o pessimismo. Temos que ser capazes de acabar com a impunidade dos responsáveis. Tal como os militares subscritores do comunicado da Associação Vinte e Cinco de Abril, por ocasião do seu trigésimo sexto aniversário, também nós gritamos que é necessário outro vinte e cinco de Abril e continuamos a citar esta Associação com as armas que a democracia nos faculta. A nossa acção cívica tem que conseguir parar a degradação da nossa sociedade, tem que conseguir devolver-nos a esperança de um novo país, com justiça e solidariedade. Um país mais livre e democrático. Vamos voltar a dizer não! Vamos vencer o medo, não esperando que os outros resolvam os problemas. A responsabilidade da construção de Portugal é de todos nós, é verdadeiramente democrático e sem excepção, porque o vinte e cinco de Abril foi feito por todos, para todos e é de todos. Viva a liberdade!” -----

-- O Senhor José João Costa fez uma declaração que se anexa a esta acta com a designação de ANEXO DOIS. -----

-- A Senhora Dona Lúcia Carvalho disse que “passou meio ano desde a tomada de posse dos órgãos autárquicos e passou também cerca de meio ano desde que as autarquias foram chamadas a uma participação muito mais activa na educação, fruto de uma política de proximidade com a população. É por isso tempo de balanço, desde já um balanço positivo se avaliarmos na globalidade a cooperação estreita entre os Agrupamentos Escolares e o Departamento Sociocultural da

Câmara Municipal de Mafra, cujas respostas às solicitações têm sido prontas de parte a parte, sobretudo no que concerne a uma problemática que tem surgido ao longo deste ano alusiva às Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC). As assistentes operacionais e as assistentes administrativas passaram também da tutela do Ministério da Educação para as autarquias, houve a contratação de pessoal que veio reforçar as escolas, o que podemos considerar como positivo. A modernização do parque escolar, que passa pela construção de novas valências, quer a nível do pré-escolar e primeiro ciclo, quer a nível da intervenção nas escolas básicas do segundo e terceiro ciclos, fruto de protocolos com o Ministério da Educação, também tem sido positiva. As AEC, bem como a Componente de Apoio à Família (CAF) decorrem dentro do que foi estabelecido protocolarmente e que está subjacente à legislação em vigor, apesar de algumas convulsões que têm sido sanadas de modo pronto pela Câmara Municipal, bem como pelos Agrupamentos, num trabalho recíproco e de grande cooperação. No entanto, ainda há muito para fazer e ainda há aspectos menos positivos que convém não esquecer. É desses mesmos aspectos que queremos falar hoje, no sentido de, juntos, podermos resolvê-los da melhor maneira e o mais prontamente possível. Relativamente ao primeiro aspecto, os assistentes operacionais e administrativos continuam sem formação, apesar das interrupções lectivas do Carnaval e da Páscoa, altura em que é ideal para a formação, na medida em que estes funcionários fazem falta à escola durante o período escolar. As férias já passaram e a formação ainda não se verificou. É uma formação essencial que, antigamente, o Ministério da Educação dava ao pessoal. É fundamental para todos, mas é principalmente fundamental para um grupo de funcionários que iniciaram o seu processo de contacto com os alunos e, obviamente, precisam de alguns ensinamentos nessa área. Há propostas de formação, quer a nível pedagógico, no que concerne aos modos de actuação com as crianças e famílias, tarefas práticas, sobretudo no pré-escolar para que os assistentes possam estar aptos para apoiar os educadores, bem como formação ao nível deontológico, extraordinariamente importante nesta área. Há ainda a lamentar que, no caso do pré-escolar, por vezes seja dado o pleno gozo de férias aos funcionários em plena actividade lectiva. Ao nível dos edifícios, que temos que gabar que têm sido de excelente qualidade, os seus exteriores, sobretudo os dos Jardins de Infância, não têm sombras, é essencial a colocação de estruturas que permitam às nossas crianças gozarem dos belos dias que se avizinham sem fazerem mal à sua saúde. Finalmente, devo referir que as AEC são de extrema importância e estão regulamentadas pelo despacho número catorze mil quatrocentos e sessenta de dois mil e oito, de vinte e seis de Maio. Nesse despacho, está consignado às autarquias um dos aspectos preferenciais que será o de serem as promotoras das AEC. O ponto dezassete do referido despacho diz que só em último caso é que os Agrupamentos têm que ser promotores das AEC. O ponto quinze aponta como promotoras preferenciais as Autarquias e este ponto é ainda reforçado pelas recomendações de implementação das AEC da responsabilidade da Direcção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo, que dizem que podem ser promotoras das AEC e candidatar-se ao apoio financeiro as autarquias locais, preferencialmente, depois as Associações de Pais, as Instituições Particulares de Solidariedade Social e os Agrupamentos de Escolas, quando demonstrada a não viabilidade de celebração de acordo com uma das entidades anteriormente referidas. Em suma, será importante que a Câmara Municipal de Mafra mantenha a sua responsabilidade enquanto promotora destas actividades, trabalhando em prol das nossas crianças. Caminhamos localmente em busca da excelência."

-- No uso da palavra, o Senhor Renato Santos disse que "na actualidade, a juventude assume um papel fundamental, quer na participação cívica, quer na vida política. Os jovens são parte integrante e determinante da sociedade, devendo, por isso, ter um papel activo no que concerne às diferentes políticas do Município com especial enfoque nas da juventude. Esta participação necessária só é conseguida, de facto, com a criação de um Conselho Municipal de Juventude no Município, um

passo fundamental para a chamada dos jovens ao seu lugar devido, na definição do que é o nosso Concelho. O regime jurídico dos Conselhos Municipais de Juventude foi já instituído pela Assembleia da República na Lei oito/dois mil e nove, de dezoito de Fevereiro. Este diploma estabelece a composição, competências e regras de funcionamento dos Conselhos Municipais de Juventude, não sendo preciso qualquer tipo de adaptação, só mesmo a vontade. A implementação deste órgão no nosso Município é alvo de capital para atribuir uma maior participação dos jovens munícipes na definição de políticas municipais de juventude. A preocupação do Executivo para com os jovens é constantemente referida. Portanto, na qualidade de deputado municipal do Partido Socialista e representante da Juventude Socialista de Mafra, venho por este meio requerer ao Executivo a promoção de esforços no sentido de activar o Conselho Municipal de Juventude com a maior brevidade possível e necessária. Não é só com a construção de escolas, bibliotecas ou piscinas que promovemos o superior interesse dos jovens no que é dos jovens. Contudo, nada ilusões. Este é apenas mais um passo de encontro ao futuro que cai sobre os ombros de todos os jovens de Mafra." -----

-- O Senhor António Branco referiu que "não tencionava intervir nesta fase dos trabalhos. De qualquer maneira, tomo a iniciativa, admitindo que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal o venha a fazer proximamente, sobre um aspecto que tem a ver com a auditoria do Tribunal de Contas. Os membros da Câmara Municipal dos dois anteriores mandatos foram contactados para fazerem as suas apreciações e há um relatório final que está publicado no site do Tribunal de Contas, que recebi igualmente enquanto membro do Executivo do último mandato. Tive oportunidade de, junto do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, manifestar o interesse de prepararmos a intervenção que esta Assembleia tem de fazer sobre o citado documento. Era nesse sentido que eu aguardava que o Senhor Presidente tivesse referido alguma coisa, mas não queria deixar de dizer que na última reunião da comissão de regimento tivemos oportunidade, por proposta do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, de decidir que esta matéria naturalmente terá que vir à Assembleia, mas faria todo o sentido vir num quadro que foi acordado entre todos nós. Por isso, era só para evitar que, eventualmente, este ponto passasse adiante. Para nós é importante, não propriamente para descobrir culpados, mas para fazermos em conjunto a avaliação dos procedimentos que foram entendidos como irregulares da gestão que foi feita, até para melhorarmos. O próprio Executivo, na transmissão que passou à comunicação social, disse que tinha contemplado já alguns dos procedimentos propostos pelo Tribunal de Contas. Há alguns aspectos sobre os quais gostaríamos de trocar impressões." -----

-- O Senhor Joaquim Biancard Cruz interveio para dizer que "gostaria de fazer três notas rápidas, uma relativamente aos planos municipais de segurança rodoviária. Mafra foi elogiada pela Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, inclusive pelo Senhor Secretário de Estado, nesta matéria Mafra é pioneira e referência para o país na segurança rodoviária. Também uma nota positiva para a abertura nacional da época balnear na praia da Foz do Lizandro. Esta escolha também tem a ver com as condições das praias, a natureza e a sua envolvente, mas também com o esforço e a dedicação que a Câmara Municipal tem relativamente ao seu património, neste caso a praia. Por último, passámos o vinte e cinco de Abril e também vamos, neste momento, festejar o primeiro de Maio. Acho que cada um vive e festeja o vinte e cinco de Abril como quer, não percebo a indicação do PS que, depois de catorze anos no governo, pede outro vinte e cinco de Abril e a CDU que se lamenta relativamente ao vinte e cinco de Abril, passados trinta e seis anos não percebemos bem que vinte cinco de Abril o Partido Comunista queria na altura. Todos nós hoje queremos é que a democracia, a justiça social, o respeito pelos cidadãos, o exemplo dos políticos, os tribunais, todos tenham uma grande sensibilidade para com o povo em geral. Isto é o que verdadeiramente me fica do vinte e cinco de Abril, é esse estar e saber servir a população, em qualquer órgão público, em qualquer empresa e até nas relações familiares. O vinte e cinco de Abril

é algo que tem sido vivido em todas as dimensões. Relativamente à Autarquia, acho que a melhor homenagem que podemos fazer ao vinte e cinco de Abril é servir bem, em termos do poder local, e é isso que o PSD tem feito também nos últimos anos." -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que "neste momento, está a decorrer uma inspecção sobre o controlo de endividamento municipal, promovido pela Inspecção Geral de Finanças, e o Tribunal de Contas mandou um relatório de auditoria, número quatro de dois mil e dez, ao Município de Mafra e às empresas Mafratlântico e Pavimafra. De acordo com o Decreto-Lei cento e sessenta e seis, é competência da Assembleia Municipal que esta tem que tomar posição sobre os relatórios de auditorias externas e de inspecções. Em resultado disso, e como tem sido tradição em mandatos anteriores, a comissão de regimento reúne, debate o tema e promove um texto que virá aqui à ratificação da douta Assembleia. Neste sentido, eu tinha promovido na última reunião da comissão de regimento que iria tomar essa iniciativa, transmiti aos membros e representantes dos grupos políticos desta Assembleia e hoje foi distribuído a todos uma cópia do relatório do Tribunal de Contas." -----

-- O Senhor Miguel Ângelo disse que "gostaria de falar sobre a questão da comissão de regimento se pronunciar sobre o relatório da auditoria. Entendo que este relatório por si só não chega e, como requerimento, gostaria de solicitar à mesa para que os serviços providenciassem também as actas de reuniões e as deliberações da Câmara e Assembleia que são referidas no relatório e que dizem respeito a mandatos anteriores, nem todos os membros que fazem parte da comissão de regimento estavam nesses mandatos. Gostaria também de solicitar que fosse enviada uma cópia do despacho do Senhor Secretário de Estado que passa de via municipal principal para auto-estrada, uma vez que essa é uma das irregularidades que é apontada." -----

-- O Senhor José João Costa referiu que "relativamente a este assunto, concordo plenamente com o que aqui foi dito e gostaria de saber se a Câmara já respondeu à auditoria do Tribunal de Contas e, nesse caso, se nos poderiam facultar o contraditório para sabermos qual foi a posição que a Câmara tomou relativamente a esse assunto." -----

-- Usando da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu dizendo que "o relatório final só é produzido depois do contraditório da Câmara, que em devido tempo foi feito e que agora vem referenciado no próprio relatório a azul. Relativamente à questão da educação, a Câmara tem desenvolvido um árduo trabalho na requalificação do parque escolar. A gestão do pessoal não docente, proveniente do Ministério da Educação, apenas compete à Câmara Municipal desde há seis meses. Mas, ainda hoje foi assinado na Câmara um protocolo com o Centro de Formação da Associação de Escolas Rómulo de Carvalho para assegurar a oferta de formação contínua ao pessoal não docente da educação pré-escolar e do ensino básico. Relativamente à questão da falta de sombras, não sei a que escolas se refere, mas todas elas têm sombras. Sobre a questão das AEC, este ano a Câmara Municipal vai protocolar com os Agrupamentos de Escolas, que ficarão responsáveis pela contratação dos professores. Recordo que, ao longo deste processo, a Autarquia deparou-se com dificuldades várias e que a sua intenção, ao assumir primeiramente esta responsabilidade, sempre foi garantir a efectiva implementação das AEC. Agora, entendemos que a máquina já está em funcionamento, pelo que a organização pode ser assumida pelos Agrupamentos de Escolas. Estamos em conversações com a DREL-LVT." -----

-- Não havendo mais inscrições, deu-se início ao período da **Ordem do Dia**, com a introdução do primeiro ponto, denominado "**Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade municipal e situação financeira**". -----

-- O Senhor Presidente da Câmara informou que foi eleito Vice-Presidente do Conselho Regional da CCDR-LVT e vogal do Conselho Económico e Social. -----

-- A Assembleia Municipal tomou conhecimento da informação. Prosseguiu-se com o segundo ponto denominado "**Eleição de representante designado pela**

Assembleia Municipal para o Conselho da Comunidade, nos termos do disposto na alínea b), do n.º 1 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de Fevereiro

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que "os dois Presidentes da Câmara que integram o Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) são os de Mafra e Sintra. Propus a Sintra que fosse eu o Presidente do Conselho da Comunidade, dada a importância que este processo tem para o Concelho de Mafra. Vou reunir-me com o Director Clínico e com o Presidente do Conselho Executivo, na próxima semana, para marcar a primeira reunião do Conselho da Comunidade. Se bem que ainda não tenha saído o despacho regulamentar de funcionamento dos ACES, há matérias em que o Conselho da Comunidade já pode intervir. Portanto, é de primordial importância e interesse que esta Assembleia se pronuncie sobre a nomeação de um representante neste Conselho, o mesmo será feito em Sintra. Enquanto eu for Presidente, este Conselho passará a reunir-se em Mafra e não em Sintra."

-- O Senhor Presidente da Junta da Freguesia de Mafra, António Ramalho Pereira, interveio para apresentar o candidato do Grupo Municipal PPD/PSD, Engenheiro Filipe Miguel Martins Infante, cuja candidatura se anexa a esta acta com a designação de ANEXO TRÊS.

-- O Senhor Mário Pereira referiu que "a minha intervenção vai-se centrar na importância do Conselho da Comunidade. Neste âmbito, quero salientar a importância da sua criação e implementação. Em Agosto de dois mil e nove, na primeira página do Diário de Notícias vinha referido que um dos concelhos com piores índices sanitários era o Concelho de Mafra. Consultando as publicações do INE, verificamos que houve um acréscimo populacional de vinte e cinco por cento entre os Censos de mil novecentos e noventa e um e os de dois mil e um. No mesmo órgão estatístico nacional verifica-se que a variação populacional entre dois mil e um e dois mil e oito foi, igualmente, da ordem dos vinte e cinco por cento. Somos um concelho migratório, com um grande saldo positivo em termos populacionais. Se consultarmos as estatísticas de saúde, do INE e dos Inquéritos Nacionais de Saúde, verificamos que, tanto em Mafra como na região de Lisboa e Vale do Tejo, existe uma elevada prevalência de diabetes, asma, hipertensão, dor crónica, doença reumática e depressão entre a população residente. Nos últimos estudos de investigação efectuados pelo Instituto Doutor Ricardo Jorge, podem verificar-se taxas elevadas de internamentos e mortalidade, relativamente a doenças mórbidas como a doença cérebro-vascular, o enfarte do miocárdio fatal, tumores dos brônquios e dos pulmões. Portanto, como podem ver, o panorama não é brilhante. A esta prevalência elevada de doenças crónicas junta-se a problemática do envelhecimento das populações. Consultando as estatísticas, verifica-se que cerca de vinte e cinco por cento da população residente não tem médico de família. Mafra é um dos concelhos que se insere na região de Lisboa e Vale do Tejo, que produz cerca de quarenta e quatro por cento do PIB nacional e tem trinta e quatro por cento da população activa, isto é, Mafra e a região de Lisboa e Vale do Tejo são a região mais rica de Portugal. É pois esta dicotomia entre a riqueza produzida e o deficiente estado sanitário de prestação de cuidados de saúde às populações que é preciso harmonizar. É objectivo estratégico do PS de Mafra a construção de novas unidades de saúde no Concelho e a reorganização da prestação dos cuidados de saúde também neste Concelho e para isso temos as pessoas e as competências. Assim, um dos passos importantes é a criação do Conselho da Comunidade que é a voz do povo ou dos seus representantes junto do ACES Sintra-Mafra, do Ministério da Saúde e da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo. De acordo com o Decreto-Lei vinte e oito de dois mil e oito, de vinte e dois de Fevereiro, que é o que cria os Agrupamentos de Centros de Saúde, o Conselho da Comunidade é um órgão que integra estes Agrupamentos, os outros órgãos são o Director Executivo, o Conselho Executivo, o Conselho Clínico e o Conselho da Comunidade. Os representantes das Assembleias Municipais e dos Municípios integram dois órgãos nos ACES: o Conselho Executivo e o Conselho da

Comunidade. O ACES Sintra-Mafra integra dois municípios, o de Sintra e o de Mafra, tendo a incumbência de escolher um representante que irá ser o presidente do Conselho da Comunidade. As Assembleias Municipais, na alínea b) do artigo trinta e um, vão ter que escolher, igualmente, um representante que também integra, de direito próprio, o Conselho da Comunidade. A Lei número cento e cinquenta e nove/noventa e nove, de catorze de Setembro, que estabelece o quadro de transferências de atribuições e competências para as autarquias locais, bem como a delimitação da intervenção da administração central e local nos municípios, refere no seu artigo décimo terceiro, alínea g), que as atribuições dos municípios têm um leque alargado e vão desde a saúde, educação, à criação da polícia municipal, entre outros. No seu artigo vinte e dois, a Lei número cento e cinquenta e nove refere que compete aos órgãos municipais participar no planeamento da rede de equipamentos de saúde concelhios, isto é, existe a necessidade de elaborar uma carta de equipamentos de saúde municipal. Na sua alínea b) é abordada a construção e apoio dos centros de saúde e na alínea e) participar nos órgãos consultivos de acompanhamento e de avaliação do Serviço Nacional de Saúde. Esta Lei encontra-se no documento aprovado no décimo sétimo congresso da Associação Nacional de Municípios, que decorreu nos dias quinze e dezasseis de Junho de dois mil e sete. Portanto, este congresso aprovou e recomendou a transferência de competências na área da saúde para os municípios." -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal acrescentou que "o congresso aprovou se o Governo quiser transferir um conjunto de competências e respectivos meios financeiros. Este é um aspecto importante." -----

-- O Senhor António Branco interveio para dizer que "o Partido Socialista não irá apresentar nenhuma candidatura, mas estamos abertos às candidaturas que forem apresentadas, votando, no fundo, de acordo com a nossa consciência ou conhecimento que temos das pessoas. Infelizmente foi proposta uma pessoa sobre a qual não tenho muita informação. Neste sentido, pedia, se fosse possível, que esta nos fosse fornecida para podermos decidir em consciência. Deveria ser uma pessoa com disponibilidade para assumir esta função, um técnico de saúde talvez fosse interessante." -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que "o representante do PSD encontra-se num dos subsectores da saúde, nomeadamente na área dos medicamentos. É director de um serviço da Associação Nacional de Farmácias, tendo, assim, uma visão de uma parte da saúde. É certo que tínhamos na bancada pessoas da área da saúde, mas por conflito de interesses não se propuseram." -----

-- Prosseguiu-se à votação deste ponto. A Assembleia Municipal, após escrutínio secreto, deliberou, por maioria, com trinta e um votos a favor, quatro votos contra e quatro abstenções, nos termos do disposto na alínea b), do número um do artigo trigésimo primeiro do Decreto-Lei número vinte e oito/dois mil e oito, de vinte e dois de Fevereiro, designar como representante do Município de Mafra no Conselho da Comunidade o Senhor Filipe Infante. -----

-- Foi introduzido o terceiro ponto denominado "**Aquisição de terreno para construção da Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclos da Ericeira**". -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que "este pedido de reapreciação de uma deliberação que já foi tomada pela Assembleia Municipal se relaciona com a não aceitação pelo Tribunal de Contas. Foi dito na deliberação o custo total do terreno, sendo que quinhentos mil euros seriam pagos em espécie e o remanescente em numerário. Agora, o Tribunal de Contas interroga-nos o que é o remanescente. Como tal, peço à Assembleia para fazer esta correcção." -----

-- O Senhor Alves Pardal referiu que "não temos nada a opor a que se prestem esses esclarecimentos adicionais ao Tribunal de Contas. Esta Assembleia deliberou, por unanimidade, autorizar a Câmara a adquirir o terreno com base nas informações facultadas pela própria Autarquia. Fazemos votos para que na concretização do negócio sejam tidos em atenção todos os documentos para comprovar e para alcançar o sucesso da operação. Esperamos que sejam

ultrapassadas todas estas diligências e se concretize, efectivamente, a aquisição do terreno, dando-se início à construção da escola da Ericeira, que vai servir, certamente, muito bem a população estudantil dessa área.” -----

-- Não se verificando mais intervenções, passou-se à votação deste ponto. A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, com trinta e nove votos a favor (vinte e cinco do PPD/PSD, nove votos do Partido Socialista, dois da CDU, dois da CDS/PP e um do Bloco de Esquerda), de acordo com o disposto no artigo cento e quarenta e oito do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pela Lei número quatrocentos e quarenta e dois/noventa e um, de quinze de Novembro, na sua redacção actual, rectificar a deliberação tomada na sessão deste Órgão, de trinta de Dezembro de dois mil e nove, no que concerne ao valor de um milhão, duzentos e setenta e cinco mil euros, montante do remanescente a pagar em numerário pelo Município à firma Quintino & Barros, Limitada, passando a mesma a constar do seguinte: “A Assembleia Municipal deliberou, nos termos e para os efeitos da alínea i) do número dois do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, na sua redacção actual, autorizar a Câmara Municipal a adquirir um terreno sito no Casal do Barril – Lote um, descrito na Conservatória do Registo Predial de Mafra sob a ficha número zero três cinco três zero, da freguesia da Ericeira, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo quatro mil duzentos e oitenta e dois, com a área de dezanove mil, quatrocentos e cinquenta e sete vírgula setenta metros quadrados, para a construção a construção da Escola Básica do segundo e terceiro ciclos da Ericeira, à firma Quintino & Barros, Limitada, pelo valor de um milhão e quinhentos mil euros, sendo o pagamento efectuado com a permuta do lote dezanove sito na Urbanização do Pinheiro, com a área de duzentos e oitenta e três metros quadrados, descrito na Conservatória do Registo Predial de Mafra sob a ficha número zero dois quatro três seis, da freguesia de Mafra, e inscrito na matriz predial sob o artigo nove mil quatrocentos e quarenta e seis, propriedade do Município, com o valor de duzentos e vinte e cinco mil euros e o remanescente em numerário no valor de um milhão, duzentos e setenta e cinco mil euros.” -----

-- Deu-se sequência ao quarto ponto denominado “**Prestação de Contas do Ano Económico de 2009**”. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que “uma governação responsável sustenta-se na articulação de dois pressupostos fundamentais que, embora aparentemente antagónicos, encerram em si mesmo uma forte componente de complementaridade: por um lado, a resolução dos problemas do tempo presente; por outro lado, a capacidade de planear e preparar o futuro das gerações vindouras. O presente relatório, que se submete à apreciação, pretende descrever as principais actividades desenvolvidas pelo Município de Mafra para assegurar, durante o ano de dois mil e nove, o estrito cumprimento do mencionado princípio da governação responsável. Contextualizando este exercício, importa salientar, em primeiro lugar, que o ano de dois mil e nove significou o culminar de um ciclo de desenvolvimento iniciado em dois mil e seis, período em que se avolumaram constrangimentos resultantes da conjuntura económica nacional e internacional. Perante a instabilidade dos mercados financeiros e o baixo crescimento económico, os desafios passaram por gerir eficazmente os dinheiros públicos, de forma a criar a margem de manobra necessária para garantir a continuidade do volume de investimento. Entendeu-se, por isso, que as circunstâncias adversas não deviam, nem podiam, constituir impedimento para assegurar a concretização dos projectos municipais mais prioritários, pelo que tal exigiu sentido construtivo, espírito criativo e empenho redobrado. Analisando o comportamento global da receita no ano transacto, constata-se que a mesma registou um aumento de cerca de doze por cento face a dois mil e oito. Todavia, importa esclarecer que este aumento se ficou a dever, em grande parte, ao contrato celebrado para a construção do novo edifício da Escola Básica do segundo e terceiro Ciclos de Mafra e às receitas resultantes do aditamento ao Contrato de

Concessão celebrado com a Compagnie Générale des Eaux – passando esta empresa a assumir, também, a gestão do sistema de recolha de águas residuais do Concelho e comprometendo-se a realizar, até dois mil e doze, um investimento de cerca de quinze milhões de euros. Acresce ainda que, evidenciando o clima de abrandamento económico geral, se verificou uma diminuição do volume de receitas correntes, na ordem dos onze por cento em relação ao ano anterior. Este valor foi particularmente expressivo na rubrica dos impostos e das taxas, rondando os dezassete por cento. A título de exemplo, só no âmbito do Imposto Municipal sobre Transacções Onerosas de Imóveis (IMT) foram arrecadados menos cerca de um milhão e seiscentos mil euros, ou seja, menos vinte e sete por cento. A estes números soma-se uma quebra de quarenta por cento, face ao valor cobrado no ano anterior, com a extinção da Tarifa do Ambiente, que foi desdobrada nas componentes de Tarifa de Saneamento e Tarifa de Resíduos Sólidos. Analisando agora a componente da despesa, constata-se que esta alcançou, em termos gerais, valores idênticos a dois mil e oito. Assistiu-se, porém, a uma redistribuição, com o aumento da despesa corrente em vinte e dois por cento: por um lado, devido às despesas com o pessoal, associadas à abertura de novos complexos escolares e instalações desportivas, bem como à transferência do pessoal não docente das escolas básicas e da educação pré-escolar; por outro lado, devido às despesas necessárias ao funcionamento pleno dos serviços e equipamentos públicos, sobretudo nas áreas da educação e acção social: refeições, transportes escolares, actividades de enriquecimento curricular e rendas com os novos estabelecimentos de ensino. Tal crescimento constitui consequência directa do modelo de gestão adoptado pelo Executivo Municipal, sendo um «custo social» plena e conscientemente assumido. Pretendeu-se garantir o necessário apoio às famílias, cada vez mais premente perante o presente cenário socioeconómico. Ressalva-se, contudo, que as receitas correntes continuam a financiar as despesas de capital, respeitando o princípio do equilíbrio. Quer isto dizer que, no ano em análise, cinco por cento da receita corrente foi investida em despesa de capital. Observando o comportamento desta última, constata-se que também as funções sociais foram priorizadas. Constituem exemplos destas realizações, entre muitos outros: os procedimentos financeiros preparatórios para a construção de novos estabelecimentos de ensino, actualmente em curso: Jardim de Infância das Azenhas dos Tanoeiros, Escola Básica do primeiro Ciclo e Jardim de Infância de Alcaíça, Escola Básica do primeiro Ciclo do Gradil, Escola Básica do primeiro Ciclo e Jardim de Infância do Milharado e a Escola Básica do segundo e terceiros Ciclos de Mafra; o ginásio do Parque Desportivo Municipal; a requalificação da envolvente do terreiro D. João V; o reforço do abastecimento de água ao Concelho de Mafra; os investimentos na recolha e tratamento de efluentes e resíduos sólidos urbanos; e as acções de requalificação urbana nas diversas localidades, humanizando os espaços públicos. Já ao nível das funções económicas, é de salientar o contínuo trabalho de conservação de estradas, caminhos e arruamentos em diversas povoações, bem como o arranjo paisagístico das zonas balneares, nomeadamente nas praias da Foz do Lizandro e da Calada. Complementarmente, importa ainda fazer referência às realizações resultantes de soluções alternativas para a mobilização de recursos financeiros, em particular a requalificação do parque escolar realizada através da empresa Mafreduca. Tal culminou com a entrada em funcionamento, em dois mil e nove, de novos estabelecimentos de ensino: Escola Básica do primeiro e Jardim de Infância Doutor Sanches de Brito (Mafra); Escola Básica do primeiro Ciclo e Jardim de Infância da freguesia de Santo Isidoro; Escola Básica do primeiro Ciclo da freguesia da Encarnação; Escola Básica do primeiro Ciclo e Jardim de Infância das freguesias de Igreja Nova e Cheleiros. Em suma, os documentos que agora se tornam públicos são a tradução directa da estratégia de intervenção definida pelo Executivo Municipal e das respectivas opções programáticas, articulando a concretização de investimentos estruturantes com a própria elevação da eficiência do funcionamento dos serviços. A este propósito, salienta-se que o ano de dois mil e nove representou, inequivocamente, um marco

no programa alargado de modernização administrativa: em primeiro lugar, com o reconhecimento da conformidade e eficácia do Sistema de Gestão da Qualidade com os requisitos da norma NP EN ISO nove mil e um: dois mil e oito, através da atribuição, por um organismo externo e independente, do "Certificado de Qualidade" a todas as unidades orgânicas; em segundo lugar, com o desenvolvimento do projecto "Balcão Único de Atendimento ao Munícipe", baseado na utilização das novas tecnologias para simplificar procedimentos e promover a acessibilidade. Este processo só foi possível com o apoio da Assembleia Municipal e com a capacidade operativa dos funcionários municipais. Que esta dinâmica continue a ser o motor de um desígnio fundamental: servir cada vez melhor o cidadão!" -----

-- No uso da palavra, o Senhor António Branco disse que "vou tentar reter três ou quatro ideias. Fazendo uma leitura do balanço de dois mil e nove, o aspecto essencial que me ressalta é um resultado líquido do exercício na ordem dos dez milhões de euros negativos, comparando com o resultado do ano anterior. Passando à contra-demonstração dos resultados, fui à procura de perceber as razões. Resultou, sobretudo, das seguintes situações: o reforço dos custos, essencialmente fornecimentos e serviços externos, mais cinco vírgula quatro milhões, as despesas com pessoal, mais um vírgula sete milhões de euros, e pela redução das receitas correntes (taxas, impostos e IMT). Vou deixar de lado a certificação legal porque elas são feitas por um Revisor Oficial de Contas (ROC). O próprio Executivo quando chama um ROC é para que ele assuma a responsabilidade de saber se as contas cumprem a lei. Os auditores externos que estudaram as contas fizeram aqui referência a várias questões. Relativamente à taxa de execução das despesas, eu referia aqui setenta e quatro neste ano, contra setenta e seis vírgula sete no ano de dois mil e oito, a taxa de execução das receitas é de oitenta e quatro por cento. Fazem referência às empresas, dizendo que foi efectuado um estudo das contas das empresas municipais com participação maioritária da Câmara Municipal: GIATUL, Matadouro, Pavimafra e Mafratlântico. Não são apresentadas contas consolidadas da Câmara Municipal, ou seja, não temos oportunidade de nos apercebermos de qual é a situação da Câmara consolidada com as contas das empresas municipais. Os próprios auditores fazem referência que saiu legislação que obriga à apresentação de contas consolidadas para a Câmara, esta tem optado por não o fazer, por haver um conjunto de regulamentos que não foram publicados. Gostaria de propor a esta Assembleia, e o Executivo depois ponderará sobre isso, que vamos aproveitar o facto de haver uns auditores externos que já trabalharam sobre as contas das nossas empresas municipais para lhes pedir que eles façam um esforço, pagando naturalmente o Município, de que nós tenhamos condições para que na próxima apresentação de contas tenhamos a conta consolidada. Os auditores referem ainda que não foram assinados os contratos de arrendamento entre a Câmara Municipal e a Mafreduca correspondentes à utilização das novas infra-estruturas. Na altura, soube que houve um deslizamento do *timing* de implementação que tinha a ver com o pagamento das rendas à Mafreduca durante um ano, de qualquer maneira, gostaria de ser informado sobre o que é que se passou nesse plano e o que é que está previsto para este ano, uma vez que isso significa uma alteração das condições e do *project finance* negociados à volta deste projecto. Relativamente ao mapa dos empréstimos obtidos, verifiquei que era um valor ligeiramente inferior à dívida do início do ano, as coisas estão controladas e estão dentro do limite do endividamento, no final do ano a dívida acumulada era de nove vírgula três milhões de euros, o limite de endividamento situa-se entre trinta e três milhões de euros. Depois analisei o mapa orçamental da despesa e da receita, mas eu iria centrar-me no grau de execução em relação ao que estava previsto. Comparei com os anos anteriores, mas não é muito significativo. Depois, começámos a esmiuçar o controlo orçamental das receitas. Pegando nas receitas correntes, fico satisfeito pelo facto de verificar que, tirando o IMT, as taxas de execução no final do ano, relativamente ao que estava previsto, se mantiveram. Mas, o aspecto mais importante é que não

encontro qualquer explicação para um grau de execução mau a nível dos impostos. O que eu verifico é que a despesa de investimento foi baixa no ano passado, é evidente que quando falamos no investimento da Câmara Municipal é um pouco redutor porque hoje o investimento dos municípios passa não só pelo investimento directo da Câmara, mas pelo investimento das empresas municipais. Por isso, disse que era importante termos as contas consolidadas. Devemos olhar para estas contas com preocupação, de facto, há aqui uma inversão da tendência dos últimos anos em relação à situação financeira. Precisamos de informação que nos permita perceber o que é que se passa, a que temos não é suficientemente clara para tirarmos conclusões. É claro que sabemos que dois mil e nove não foi um ano fácil para ninguém. Há aqui algumas coisas que se tem que perceber o que é que se passou. Houve um reforço com a transferência de pessoas para o Executivo. As despesas com pessoal estão muito rígidas, na minha opinião têm um grande peso e o investimento está a ser curto. Da abordagem das contas, não temos a mesma preocupação que nos apresenta o orçamento para o ano seguinte, porque aí é que as opções de investimento são definidas, é sobre essas que queremos estar atentos. Não iremos votar contra." -----

-- O Senhor Alves Pardal referiu que "da análise da certificação legal das contas e do parecer do auditor externo, retiramos alguns elementos que consideramos relevantes: primeiro, constatamos que no ano de dois mil e nove o Município de Mafra registou um saldo negativo de dez milhões, quinhentos e quarenta e oito mil, seiscentos e catorze euros; segundo, a sociedade de revisores de contas enfatiza que o objecto social da Mafratlântico se encontra esgotado e, por isso, faz uma chamada de atenção; terceiro, salienta que ainda se encontra a decorrer o processo de registo de bens do Município na Conservatória do Registo Predial; quarto, faz uma chamada de atenção para a melhoria do serviço de recepção e conferência de facturas de fornecedores ao Município; quinto, faz uma referência à existência de relações entre o Município de Mafra e a Mafreduca, mas refere que não existem contratos de arrendamento. Nós verificamos que o laudo final da sociedade revisora de contas é favorável, não obstante estes aspectos que são preocupantes. Uma vez que somos recém-eleitos, só tendo acompanhado o trabalho desta Assembleia Municipal no período final de dois mil e nove, o Grupo Municipal do CDS ir-se-á abster neste ponto." -----

-- Usando da palavra, o Senhor Joaquim Biancard Cruz disse que "relativamente à prestação de contas, eu penso que o Senhor António Branco quando falou dos resultados consolidados, nomeadamente do ênfase que faz o revisor oficial de contas, esse próprio revisor diz que ainda não são publicados procedimentos a seguir relativamente a esta matéria e, por isso, o Município segue as orientações que seguiu nos anos anteriores. Também falam como se não tivéssemos em conta os relatórios de gestão e os relatórios contabilísticos das próprias empresas municipais, que virão aqui à Assembleia Municipal para a respectiva análise. Sobre a Mafratlântico, o seu processo está em fase de encerramento. Mas, eu não queria fugir à questão dos dez milhões negativos, do resultado líquido que surge negativo. Fomos confirmando no ano passado esta diminuição das receitas e dos impostos, confirmámos o aumento da despesa do pessoal e referimos também que a actividade da Câmara e o seu investimento em capital manteve um aceleração. Os anos que estamos a viver implicam sacrifícios extraordinários. Os funcionários autárquicos foram envolvidos e os próprios Presidentes das Juntas foram chamados a reduzir quinze por cento na despesa. É uma forma de precaução e se a situação se mantiver, outras medidas podem ser desenvolvidas. O PSD tem chamado a atenção que o modelo autárquico nacional que assenta, sobretudo, nos impostos directos está esgotado, mas qual é o autarca que, neste momento, vai querer aumentar outras taxas? Já houve Presidentes de Câmara que perderam estas últimas eleições por causa destas situações. Mas, se virmos bem estes dez milhões, perguntamo-nos se é sustentável ou não? Fazemos o cálculo de *cash flow*. Se nós virmos que a Câmara Municipal mantém exactamente o seu valor de investimento em capital, mantendo, assim o seu valor de amortizações. Este custo, que é um

custo contabilístico, é de treze milhões de euros. Se nós fizermos a diferença, o *ebita* daria dois ponto seis milhões de euros, o que significa que a sustentabilidade não está em causa. O próprio revisor oficial de contas diz que as receitas correntes foram superiores às despesas correntes, portanto, dá credibilidade. O orçamento de dois mil e dez já reflecte este cenário diferente que estamos a viver. Parece-nos que vamos dar um voto de confiança e de convicção nestas contas de dois mil e nove." -----

-- Não havendo inscrições, passou-se à votação deste ponto. A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, apreciou os Documentos de Prestação de Contas relativos aos anos de dois mil e nove que constam dos seguintes documentos: Balanço; Demonstração de Resultados; Controlo Orçamental da Receita; Controlo Orçamental da Despesa por Classificação Económica; Controlo Orçamental da Despesa por Classificação Orgânica/Económica; Execução das Grandes Opções do Plano; Resumo da Execução das Grandes Opções do Plano; Execução do Plano Plurianual de Investimentos; Execução do Plano de Actividades Municipais; Resumo dos Fluxos de Caixa e Contas de Ordem; Fluxos de Caixa; Mapa de Operações de Tesouraria; Modificações do Orçamento - Receita; Modificações do Orçamento - Despesa; Modificações à Grandes Opções do Plano; Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos; Modificações ao Plano de Actividades Municipais; Transferências Correntes - Receita; Transferências de Capital - Receita; Subsídios Concedidos - Despesa; Situação dos Contratos; Mapa de Empréstimos; Outras Dívidas a Terceiros; Anexos às Demonstrações Financeiras; Relatório de Gestão; acompanhados do Parecer e Certificação Legal de Contas do Auditor Externo e deliberou, por maioria, com vinte e cinco votos a favor e catorze abstenções (nove votos do Partido Socialista, dois do CDS/ PP, um do Bloco de Esquerda e dois da CDU), votar favoravelmente os referidos documentos, bem como a aplicação dos resultados negativos no montante de dez milhões, quinhentos e quarenta oito mil, seiscentos e treze euros e setenta e dois cêntimos, nos termos da alínea c) do número dois do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, na sua actual redacção. -----

-- Prosseguiu-se com o quinto ponto denominado "**Modificação aos Documentos Previsionais - 1.ª Revisão**". -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal passou a palavra ao Senhor Vice-Presidente, Gil Ricardo Sardinha Rodrigues, que referiu que "depois da prestação de contas efectuada, temos que perceber qual foi o saldo obtido no ano anterior e integrá-lo nas rubricas para reforçá-las. É neste sentido que se propõe que este saldo seja integrado nas várias rubricas que estão identificadas: o ensino básico e o ensino pré-escolar é aquele que tem maior reforço, a acção social volta a ter um reforço significativo, assim como a requalificação urbana das diversas freguesias. Para além disto, temos ainda a rede viária a ser permanentemente intervencionada, bem como a sua sinalização. No fundo, os cerca de sete milhões e meio de euros foi o valor que foi incluído nestas rubricas, que servirão para as dotar em função dos investimentos que estão a ser realizados." -----

-- O Senhor António Branco disse que "nós percebemos que, em termos do orçamento, vamos ser chamados a votar uma primeira revisão do orçamento. Nós estamos a aprovar esta revisão e como é que estamos a implementar o orçamento? Há um conjunto de protocolos que foram estabelecidos com as Juntas de Freguesia, gostaria de saber se os mesmos já foram implementados, já foram assinados e as transferências têm vindo a ocorrer com naturalidade? Nós estamos-nos a aproximar do Verão, há um conjunto de despesas que são importantes, principalmente em freguesias em que a questão da praia é importante e portanto gostaria de saber se estas questões estão todas contempladas, em termos da implementação do orçamento?" -----

-- No uso da palavra, o Senhor Ivo Caracol referiu que "este ponto não é mais do que a transposição de saldos, de acordo com o plano de investimentos que este Executivo pretende levar a cabo. Deste modo, e sendo explícitos os montantes

apresentados e transferidos, vamos votar favoravelmente. Acredito que o Executivo Municipal esteja a responder de acordo com os compromissos acordados." -----

-- Não se verificando mais inscrições, prosseguiu-se com a votação. A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por maioria, com trinta e quatro votos a favor (vinte e cinco do PPD/ PSD e nove do Partido Socialista) e cinco abstenções (duas do CDS/ PP, duas da CDU e uma do Bloco de Esquerda), nos termos do disposto na alínea b) do número dois do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, na sua redacção actual, aprovar a Primeira Revisão dos Documentos Previsionais para o ano de dois mil e dez, apresentando o Orçamento da Receita a inscrição no montante de oito milhões, seiscentos e noventa e quatro mil, duzentos e vinte euros, o Orçamento da Despesa a inscrição no montante de oito milhões, setecentos e quarenta e seis mil, oitocentos e noventa euros e diminuições no montante de cinquenta e dois mil e seiscentos e setenta euros, o Plano Plurianual de Investimentos a inscrição no montante de seis milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, duzentos e vinte euros e o Plano de Actividades Municipal a inscrição no montante de quatrocentos e sessenta mil e quinhentos euros. -----

-- Deu-se sequência ao sexto ponto denominado **"Alteração ao Mapa de Pessoal"**. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que "se calhar vamos ser confrontados, durante este ano, com mais alterações no mapa de pessoal, porque estão já em curso um conjunto de concursos para passar pessoal contratado a termo certo para termo indeterminado. Cada vez que há uma alteração ou que há uma inclusão temos que vir à Câmara e à Assembleia Municipal ratificar esse dado. Por outro lado, também com a nova legislação em vigor, somos obrigados a que cada vez que haja mudança de um funcionário de uma estrutura orgânica para outra também tenha que vir essa alteração no quadro de pessoal. Este agora é o reajustamento das alterações em curso." -----

-- Não se verificaram inscrições, pelo que se passou à votação deste ponto. A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por maioria, com trinta e sete votos a favor (vinte e cinco do PPD/PSD, nove do partido Socialista, dois da CDU e um voto do Bloco de Esquerda) e duas abstenções do CDS/PP, nos termos das disposições conjugadas no número três do artigo quinto da Lei número doze-A/ dois mil e oito, de vinte e sete de Fevereiro, na sua redacção actual, bem como da alínea a), número dois do artigo terceiro do Decreto-Lei número duzentos e nove/ dois mil e nove, de três de Setembro, e ainda da alínea o) número dois do artigo cinquenta e três da Lei número sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, na sua redacção actual, aprovar a alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de dois mil e dez, conforme documentação apresentada. -----

-- Prosseguiu-se com o sétimo ponto intitulado **"Alteração ao Plano Director Municipal de Mafra para instalação do Ecoparque da Abrunheira – Submissão à Assembleia Municipal"**. -----

-- Sobre esta matéria, o Senhor Presidente da Câmara Municipal passou a palavra ao Senhor Vereador Hélder Sousa Silva que referiu que "a Assembleia já tomou conhecimento deste assunto. Houve um parecer inicial da Assembleia Municipal que deliberou remeter para conferência de serviços da CCDR, deu lugar a discussão pública, voltando à Câmara Municipal para remeter novamente à CCDR para parecer final. Tendo sido obtido recentemente este parecer final, foi à Câmara e agora retorna à Assembleia Municipal. Gostaria de sublinhar que houve o parecer favorável de todas as entidades que fizeram parte da comissão de acompanhamento." -----

-- O Senhor Alves Pardal disse que "começámos agora a acompanhar este processo e reparámos que o Ministério da Economia prestou parecer desfavorável à alteração do PDM, vem justificado que esse parecer tem a ver apenas com uma licença de exploração de uma pedra – Somipetra, SA – e que esta já terá apresentado um pedido de revisão do plano. De igual modo, verificamos que, segundo a Câmara,

trata-se de uma pequena alteração ao PDM e daí retirar a ilação de que não é necessário uma avaliação ambiental. Não contestamos isso, mas esta matéria reveste-se de enorme sensibilidade ambiental e humana, suscitando-nos as maiores reservas a alteração deste PDM, que tem por efeito a ampliação da área de intervenção, conforme proposta da Câmara. Portanto, por uma razão de clareza, iremos votar contra esta alteração do PDM." -----

-- A Senhora Dona Licínia Quitério fez uma declaração que se anexa a esta acta com a designação de ANEXO QUATRO. -----

-- No uso da palavra, o Senhor Manuel Pimenta disse que "no anterior mandato, fui um dos membros do Partido Socialista que mais vezes aqui veio falar sobre a localização do Ecoparque da Abrunheira. O Partido Socialista votou sempre contra a sua localização. A documentação que nos enviaram é muito extensa. É um processo que se inicia em dois mil e seis e eu agora pergunto: aquilo é uma infra-estrutura industrial, se um investidor estivesse quatro anos à espera, era dramático. O Partido Socialista vota contra. O Concelho é vasto em área e logo foram escolher uma zona próxima das duas principais áreas urbanas, Mafra e Malveira." -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu dizendo que "cumprimos escrupulosamente toda a legalidade e há mecanismos próprios para convocar. Além disso, o processo já veio três ou quatro vezes à Assembleia. Convém dizer que esta alteração ao Plano Director Municipal dispensa o estudo de impacte ambiental, esse foi acoplado ao projecto do Ecoparque. O projecto do Ecoparque tem o estudo de impacte ambiental. É de salientar ainda que na comissão técnica de acompanhamento estiveram cerca de oito entidades da Administração Central, cada uma delas da sua especialidade. Refiro ainda que o primeiro parecer do Ministério da Economia foi antes do pedido de encerramento da Somipiedra. O segundo parecer foi depois da sua consumação. Estranha o Senhor Manuel Pimenta que demore quatro anos, mas eu tenho já quase há dez anos o PDM em revisão e não vislumbro luz ao fundo do túnel. De todos os municípios da Área Metropolitana de Lisboa, só Vila Franca de Xira tem a revisão concluída. Os técnicos da administração não aceleram procedimentos de responsabilidade para com a necessidade de alteração dos veículos de ordenamento. Todas estas alterações irão a discussão pública. Não estamos a falar de um aterro sanitário, mas de um Ecoparque que é uma coisa completamente diferente, temos de acreditar na tecnologia." -----

-- O Senhor Manuel Pimenta questionou se não havia outras localizações. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que "claro que havia, mas foi estudado. Propus esta solução no perfeito conhecimento de que a tecnologia vai resolver, e resolve, todos os problemas." -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal acrescentou ainda que "eu faço parte da comissão de acompanhamento do Ecoparque. A obra corre a bom ritmo e pensa-se que possam entrar em funcionamento, algumas das componentes, até ao princípio do Verão. A comissão de acompanhamento irá ter em breve uma reunião e já teve, igualmente, no início deste mês uma outra reunião com o representante da Quercus, Engenheiro Rui Beckmeyer, para esclarecimento de alguns dos aspectos técnicos. Virá, posteriormente, à Assembleia o relato dessa acta." -----

-- Passou-se à votação deste ponto. A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por maioria, com vinte e cinco votos a favor do PPD/ PSD, oito votos contra (seis do Partido Socialista e dois do CDS/ PP) e seis abstenções (uma do Bloco de Esquerda, duas da CDU e três do Partido Socialista), nos termos conjugados da alínea b) do número três do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove/ noventa e nove, de dezoito de Setembro, e do número um do artigo setenta e nove do Decreto-Lei número trezentos e oitenta/ noventa e nove, de vinte e dois de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a alteração ao Plano Director Municipal para a instalação do Ecoparque da Abrunheira. -----

-- Concluído o período da Ordem do Dia, prosseguiu-se com o período de **Intervenção do Público**. Não se verificaram inscrições, pelo que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por concluída a Segunda Sessão Ordinária

h

do ano de dois mil e dez da Assembleia Municipal do Concelho de Mafra quando passavam vinte e oito minutos das vinte e três horas. -----

-- Verificada a lista de presenças, foram registadas as ausências de alguns elementos da Assembleia Municipal, tendo para estas sido apresentados os pedidos de justificação de faltas dos seguintes membros: Senhora Dona Cristina Loureiro; Senhor Domingos Janota, substituído nesta sessão pela Senhora Dona Célia Vicente; Senhor José Quintã; Senhora Dona Maria da Conceição Simões; Senhor Júlio Lopes, substituído pelo Senhor Renato Santos; e Senhor Nuno Sardinha, substituído pelo Senhor José Nascimento. Verificou-se, igualmente, a ausência dos seguintes elementos: Senhor Mário Vicente e Senhor Paulo Ricardo. -----

-- Para se constar se lavrou esta acta, que vai ser lida, e, depois de aprovada, irá ser assinada por mim que a lavrei, Luís António Ribeiro Alves, e pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Mafra. -----

Luís Alves
Luís António Ribeiro Alves



Handwritten signature or initials in the top right corner.

Nota de Informativa

Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Mafra

Caro Amigo Sr. Dr. Joaquim Francisco da Silva Sardinha

Eu, Joaquim Maria Biancard Cruz, na qualidade de líder do Grupo Municipal PPD/PSD da Assembleia Municipal de Mafra, informo V. Exa. que este mesmo grupo é composto pelos seguintes membros da presente Assembleia Municipal de Mafra:

a) Membros eleitos da Assembleia Municipal

1. Joaquim Francisco da Silva Sardinha
2. Joaquim Maria Reis Catarino Biancard Cruz
3. Paula Cristina Silvério Raposo Borges
4. Miguel Ângelo da Silva Correia
5. Luis António Duarte Ribeiro Alves
6. Maria Isilda Viscata Lourenço de Oliveira Pegado
7. Américo José de Oliveira Peralta
8. Hugo Manuel Moreira Luis
9. Cristina Lúcia Gonçalves Loureiro
10. Ivo Tiago Marques Caracol
11. Carlos Alberto dos Reis
12. Teresa de Jesus Afonso Alexandre
13. Filipe Miguel Martins Estrela Infante
14. Carlos Alberto André Batalha

b) Presidentes de Juntas de Freguesia

1. Azueira - Maria da Conceição da Silva Caldeira Simões (PSD)
2. Carvoeira - António Francisco Machado (PSD)
3. Cheleiros - Mário João Acúrcio Vicente (PSD)
4. Encarnação - Nuno João da Cruz Sardinha (PSD)
5. Enxara do Bispo - Maria Natércia Rodrigues Dias da Silva Simões (PSD)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAFRA

-
6. Mafra - António Manuel Ramalho Pereira (PSD)
 7. Malveira - Joaquim Manuel Ribas da Costa (PSD)
 8. Milharado - Paulo Jorge da Conceição Ricardo (PSD)
 9. São Miguel de Alcainça - Rui Veríssimo Jorge (PSD)
 10. Sobral da Abelheira - José Alberto de Barros Quintã (PSD)
 11. Santo Estêvão das Galés - Carlos Jorge dos Reis Esteves (PSD)
 12. Santo Isidoro - Hélder Luís Alves Ramos (PSD)
 13. Venda do Pinheiro - Vítor Gonçalves Pereira Rodrigues (PSD)
 14. Vila Franca do Rosário - João Lima Pereira Gaito (PSD)
 - e
 15. Gradil - Luís Filipe de Almeida Cordeiro ('Pela nossa Terra')
 16. Igreja Nova - Domingos Manuel Vicente Janota ('A obra fala por nós')

Sem outro assunto de momento,

Os meus melhores cumprimentos,

Joaquim Maria Biancard Cruz

DECLARAÇÃO

TRINTA E SEIS ANOS DEPOIS

TRINTA E SEIS ANOS, PARECE TER SIDO ONTEM, PARA OS QUE GUARDAM A MEMÓRIA DO DIA LIBERTADOR, DIA EM QUE TODOS E CADA UM GRITOU BEM ALTO A SUA ALEGRIA AO ADVENTO DA LIBERDADE.

A REVOLUÇÃO ACABOU COM A GUERRA, INSTITUIU A DEMOCRACIA, LEGALIZOU OS PARTIDOS POLITICOS, ACABOU COM A CENSURA E COM A POLICIA POLITICA, CRIOU O PODER LOCAL, A LIBERDADE DE EXPRESSÃO, DE REUNIÃO E DE ORGANIZAÇÃO FORAM RECONQUISTADAS, TANTAS E TANTAS COISAS FORAM CONSEGUIDAS APÓS A REVOLUÇÃO DE ABRIL DE 1974.

ONDE ESTÁ ABRIL PASSADOS TRINTA E SEIS ANOS ?

HOJE, OS PORTUGUESES VIVEM PIOR, OS DESEMPREGADOS SÃO MAIS DE 600.000 E CONTINUA A EXISTIR UMA CHAGA SOCIAL, A POBREZA. PROGRESSOS DE INTERVENÇÃO SOCIAL REALIZADOS ESTÃO A SOFRER RETROCESSOS E NÃO SÓ NÃO ATINGIMOS A QUALIDADE DE VIDA E NIVEIS DE BEM ESTAR IGUAIS A OUTROS PAISES DA UNIÃO EUROPEIA COMO ESTAMOS A AFASTAR-NOS. ESTAMOS DE FACTO DESENCANTADOS, MAGOADOS, DESILUDIDOS, MAS OS SONHOS NÃO MORREM.

OS IDEAIS DE ABRIL ESTÃO DENTRO DE CADA HOMEM E MULHER LIVRE, TANTO EM PORTUGAL COMO EM TODO O MUNDO.

É CONDIÇÃO INDISPENSÁVEL PARA A SOBREVIVÊNCIA DA HUMANIDADE QUE OS IDEAIS DA ALEGRIA, FELICIDADE, JUSTIÇA E FRATERNIDADE SE CUMPRAM. É UMA INEVITABILIDADE HISTÓRICA POR MUITO DIFÍCIL QUE SEJA O CAMINHO.

EM MAFRA, UMA VEZ MAIS A CÂMARA MUNICIPAL IGNOROU O 25 DE ABRIL. FACTO QUE LAMENTAMOS E CENSURAMOS. O PODER AUTARQUICO, UMA DAS CONQUISTAS DE ABRIL, CONQUISTA QUE NOS PERMITE ESTAR AQUI A DEFENDER OS INTERESSES DOS CIDADÃOS QUE NOS ELEGEM, EM NOSSA OPINIÃO, NÃO PODE, NÃO DEVE ESQUECER ABRIL.

UM POVO QUE NÃO GUARDA AS MEMÓRIAS, NÃO MERECE O FUTURO.

MAFRA, 29 DE ABRIL DE 2010

OS DEPUTADOS DA C D U NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAFRA

ANEXO DOIS



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAFRA

Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Mafra
Caro Amigo Sr. Dr. Joaquim Francisco da Silva Sardinha

No âmbito da eleição de representante designado pela Assembleia Municipal para o Conselho da Comunidade, nos termos do disposto na alínea b), do n.º 1 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de Fevereiro, gostaríamos de informar V. Exa. que o candidato do Grupo Municipal PPD/PSD da Assembleia Municipal de Mafra, é o Sr. Eng.º Filipe Miguel Martins Estrela Infante.

Sem outro assunto de momento,

Os meus melhores cumprimentos,

Joaquim Maria Biancard Cruz

Está hoje esta assembleia colocada perante a incumbência de votar, entre outros pontos, a alteração do PDM para a instalação do Ecoparque da Abrunheira, uma obra de grande monta, com inúmeras envolvências e muitos pontos sensíveis no que implica a qualidade ambiental e a saúde das populações. Consta dos documentos que todas as normas legais de divulgação para discussão pública do projecto foram cumpridas e que os cidadãos não se manifestaram sobre o assunto. Sabe a Digníssima Câmara, pela sua longa experiência, que não é por editais nem anúncios em jornais que se mobiliza uma população para informação e discussão de assuntos, nomeadamente os de grande relevância como o presente. Seria, então, de todo desejável que a Câmara fosse ela própria ao encontro dos munícipes, imprescindivelmente dos seus eleitos, promovendo acções de informação em que técnicos e especialistas das várias áreas envolvidas explicassem, cabal e claramente, a proposta a ser apresentada pela Câmara, respondendo a perguntas e ouvindo críticas e sugestões, provavelmente algumas delas com razoabilidade para conduzirem a alterações do projecto.

Uma vez que nada disso aconteceu, somos hoje confrontados com a responsabilidade de votar um projecto ao qual muitos dos presentes somente há pouquíssimos dias tiveram acesso. Como podemos então, em consciência, aprovar ou rejeitar o que não conhecemos suficientemente? Só dois partidos dos aqui representados têm assento na vereação da Câmara, mas duvidamos que mesmo isso tenha permitido uma leitura atenta e a necessária informação do projecto à grande maioria dos seus representantes nesta assembleia. É obviamente pobre, muito pobre esta forma de exercício de cidadania que nos compete, mais ainda na qualidade de eleitos pela população que em nós confiou.

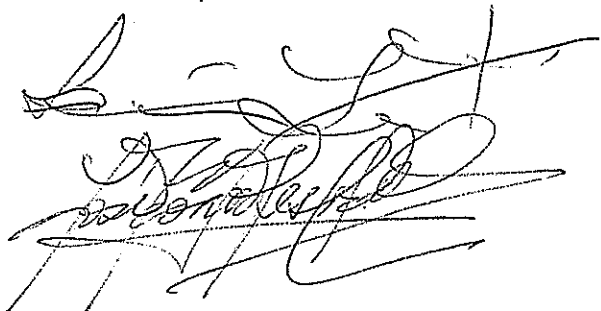
ANEXO QUATRO

Não quer a CDU emitir opinião de agrado ou desagrado sobre aquilo de que não lhe foi dado conhecimento em tempo oportuno. Repetimos: não falamos de legalidade que pensamos tenha sido cumprida. Falamos, sim, de democracia, no que ela subentende a legítima participação activa das populações nas decisões que envolvem os seus inalienáveis direitos a uma boa qualidade de vida na terra que é a sua. Falamos também de pugnar pela dignificação desta assembleia, que desejamos constituída por cidadãos, tanto quanto o desejável, informados, de forma a exercerem, em consciência e responsabilmente, o seu direito de voto.

Por todas estas razões se deduz que a CDU se absterá na votação da presente alteração ao Plano Director Municipal de Mafra.

Os representantes da CDU

Mafra, 29.04.2010

A block of several overlapping handwritten signatures in black ink, representing the CDU members.